



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638691 - SP (2021/0001624-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ADRIANA FARIA DA SILVA
ADVOGADO : ADRIANA FARIA DA SILVA - SP353909
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS FERNANDO CLEMENTINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LUIS FERNANDO CLEMENTINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (22167800220208260000).

Consta dos autos que o paciente encontra-se cumprindo pena privativa de liberdade em regime semiaberto, pela prática dos crimes de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico, roubo, porte ilegal de armas e receptação.

Aduz a impetrante que o paciente pertence ao grupo de vulneráveis à covid-19 e, para resguardar o seu direito à vida e à integridade física, faz jus à prisão domiciliar humanitária, conforme a Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja expedido o alvará de soltura, para que o paciente possa aguardar o julgamento do *writ* em liberdade, na modalidade de prisão domiciliar.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 27):

Todavia, a pandemia do coronavírus, por si só, não autoriza a concessão automática e generalizada dos pedidos de substituição da custódia por prisão domiciliar ou outros benefícios, porquanto, além de não encontrar respaldo legal, iria de encontro à preservação da segurança pública, garantia preconizada como direito difuso e também dever do Estado pelo artigo 144 da Constituição Federal. Por sua vez, certo é que a impetração não trouxe comprovação inequívoca de que o paciente esteja com a saúde fragilizada e tampouco foi demonstrada a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra, caso necessário para que se possa cogitar da hipótese. Importante destacar que o plenário do C. Supremo Tribunal Federal, no bojo da ADPF nº 347, alertou para a indispensabilidade da análise casuística da necessidade da prisão pelo juízo competente, não bastando a alegação genérica da superveniência da pandemia para a concessão da prisão domiciliar. Registre-se que foram adotadas medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos Sistemas de Justiça Penal e Socioeducativo por parte do poder público, como se depreende da Recomendação nº 62, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça, e da Portaria Interministerial nº 7, publicada em 18/03/2020, pelos Ministérios da Justiça e da Saúde para o enfrentamento da situação emergencial. Acresça-se que foram implementadas nos presídios paulistas, entre outras, a suspensão de visitas, o monitoramento diário da saúde de custodiados incluídos nos grupos de risco, o isolamento de possíveis infectados ou seu encaminhamento ao serviço de saúde municipal, a triagem dos novos presos, a suspensão de atividades intramuros que possam resultar em aglomeração de pessoas e a suspensão de entrega presencial de itens aos reeducandos.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente